EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

ELAINE MANSANO

RESUMO

As possibilidades e desafios da implantação da Educação Integral (BRASIL, Portaria Interministerial nº. 17/2007) para a primeira infância são apresentadas nesse estudo com o intuito de refletir sobre a ampliação da jornada escolar tanto para as séries iniciais do Ensino Fundamental quanto na Educação Infantil. Na contemporaneidade a observa-se a intensificação dos debates acerca da ampliação da jornada na educação básica a partir dos pressupostos da Educação Integral, buscando oferecer um processo educativo atento as especificidades da primeira infância, diante do consenso que o é um importante período do desenvolvimento humano, contudo apenas aumentar o tempo de permanência das crianças na escola não é o suficiente para garantir os pressupostos da Educação Integral. O problema consiste na constatação de que mesmo com mudanças na legislação e implantação de programas federais para a Educação Integral ainda tem sido implementada de forma lenta e é preciso defender políticas públicas voltadas para as crianças, já que a infância é o ciclo de vida mais afetado pelas condições de pobreza e desigualdade social. O objetivo do estudo é compreender a Educação Integral para a infância na perspectiva da Educação Integral. É um estudo exploratório de revisão bibliográfica realizado a partir do estreitamento com a legislação brasileira sobre Educação Integral, educação básica, primeira infância e processo de ensino aprendizagem. Os resultados apontam que somente aumentar o tempo na escola sem mudar a organização curricular e didática não provocará os efeitos que se espera de uma educação integral, considerando ainda que somente a escola não será capaz de oportunizar a educação integral, faz-se necessário diálogo com todos os envolvidos e construção de parcerias com outras secretarias, além de estabelecer vínculos com a comunidade.

PALAVRAS CHAVE: Aprendizagem; Educação Infantil; Educação Integral.

INTRODUÇÃO

As mudanças na ampliação da jornada escolar tanto para o Ensino Fundamental quanto para a Educação Infantil vêm provocando desafios e novas possibilidades nas práticas educativas para crianças, pois buscam se adequar as especificidades da comunidade escolar, o presente estudo tem como tema o processo de ensino aprendizagem para a criança pequena em tempo integral considerando as novas representações da infância imersas na cultura e novas diretrizes curriculares para o ensino integral.

O estudo apresenta a reflexão sobre a intensificação dos debates acerca da ampliação da jornada na educação básica a partir dos pressupostos da Educação Integral, com foco na educação da primeira infância. Considera-se primeira infância, de zero aos seis anos de idade, período que perpassa a educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, assim o estudo justifica-se pela relevância do período para a aprendizagem e desenvolvimento humano, sendo necessário considerar o bem estar social e emocional das crianças e oferecer uma educação atenta as suas especificidades e singularidades.

A Educação Integral é uma proposta de uma ação integrada entre as políticas educacionais e sociais, (BRASIL, Portaria Interministerial nº. 17/2007), apontada no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, tida como estratégia do Governo Federal no intuito de fomentar a ampliação da jornada e organização curricular dentro de uma perspectiva da Educação Integral, tem como foco a diminuição das desigualdades sociais e valorização da diversidade cultural brasileira. T

Contudo, no Brasil tem-se “infâncias” e, são muitas as mudanças nas famílias e estruturas sociodemográficas que vem se alterando substancialmente os currículos e as organizações para as instituições educativas, as novas configurações familiares, a população em vulnerabilidade social, o crescimento da violência, dentre outros fatores que fomen-

tam a urgência em relação aos cuidados com a criança fora do espaço familiar. Mesmo com mudanças na legislação e implantação de programas federais para a Educação Integral ainda tem sido implementada de forma lenta, nesse entendimento a pergunta que o presente estudo busca responder: quais os desafios e as possibilidades de qualificar o processo de ensino aprendizagem de criança pequenas na perspectiva da educação integral?

É preciso defender políticas públicas voltadas para as crianças, já que a infância é o ciclo de vida mais afetado pelas condições de pobreza e desigualdade social, dessa forma o presente estudo parte do entendimento que a ampliação do tempo na educação formal é tendência universal no atendimento à infância, mesmo que realizada em diferentes modelos e dinâmicas, assim o objetivo do estudo é compreender a Educação Integral para a primeira infância e os objetivos específicos consistem em: ampliar saberes sobre a concepção de infância na perspectiva da Educação Integral e refletir sobre os desafios e as possibilidade de ensino aprendizagem com a Educação Integral para a primeira infância.

É um estudo exploratório de revisão bibliográfica realizado a partir do estreitamento com a legislação brasileira sobre Educação Integral, educação básica, primeira infância e processo de ensino aprendizagem, o qual buscou em artigos e periódicos dos últimos dez anos disponibilizados na internet em especial na plataforma Scielo para compor a pesquisa. O artigo está dividido em duas seções, na primeira é apresentado um breve percurso sobre a infância e educação infantil e na segunda parte são apresentados os desafios e as possibilidades de implementação da Educação Integral para a primeira infância.

A educação para a primeira infância passou por profundas mudanças, a partir da Constituição de 1988 buscou fundamentar seus princípios em uma nova concepção na qual defendia a "criança-cidadã", efetivando assim seu direito a escolarização e de corresponsabilidade entre os atores escola, família, comunidade para a qualificação do processo de ensino aprendizagem da criança pequena. O presente estudo delimita-se a refletir sobre mudanças na legislação, na concepção de criança nos documentos oficiais, no programa de Educação Integral para crianças pequenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL, INFÂNCIAS, EDUCAÇÃO INTEGRAL

A primeira infância, que vai de zero aos seis anos de idade, é considerada um importante período para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem estar social e emocional das crianças, diversos estudos e pesquisas a compreendem como momento de importante aprendizados da criança, que aprendem e se desenvolve, por meio das experiências vividas em seu entorno (ALTAFIM et al., UNICEF, 2023, p.7).

A educação para a primeira infância passou por profundas mudanças, a partir da Constituição de 1988 buscou fundamentar seus princípios em uma nova concepção na qual defendia a "criança-cidadã", efetivando assim seu direito a escolarização. Nesse contexto, a Constituição retira a Educação Infantil do âmbito da assistência e a insere no sistema educacional, estabelecendo em seu artigo 206, inciso VII, a garantia de qualidade (BRASIL, RCNEI, vol. 1, p. 11).

Por muitos anos a Educação Infantil foi um espaço apenas de cuidados (suprir as necessidades básicas) atrelado a práticas de cunho assistencialista, não sendo considerado como espaço educativo, fato esse que até os dias de hoje se reflete no cotidiano dos centros de educação infantil. A partir da década de 1990 o olhar da sociedade sobre o atendimento nas creches mantidas pelo poder público gerou debates e novas reorganizações, em 1996, a Educação Infantil foi inserida na Educação Básica, passando a ser a primeira etapa do processo de escolarização, com a Lei de Diretrizes se Bases da Educação Nacional- LDBEN (BRASIL, 1996) dividindo-se em creche para crianças de zero a três anos e pré-escolas para crianças de quatro a seis anos. Em 2013 uma nova mudança aconteceu com a Lei nº 12.796/2013 e a educação infantil passou a ser ofertada para crianças até 5 anos.

Na Portaria 262 de agosto de 2011, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social

apontou a mudança nas famílias e estruturas sociodemográficas que vem se alterando substancialmente, emergindo novas configurações com predomínio de famílias nucleares, o que gerou preocupação por "soluções complementares para os cuidados de crianças fora do espaço familiar", sendo assim faz-se necessário uma Educação em período integral que atenda às necessidades das famílias e das crianças (BRASIL, 2011, p.1).

Dentro dessa configuração as creches (destinadas à primeira infância) assumiram um papel relevante para que ajudar na conciliação entre vida familiar e profissional das famílias. Na atual configuração de educação para a primeira infância espera-se que as creches e centros de educação infantil proporcionem às crianças pequenas um espaço de socialização e desenvolvimento integral, com projetos voltados às suas singularidades, adequado para cada idade e que, efetivamente, seja um potencializador de seu desenvolvimento (BRASIL, 2011).

A UNICEF prioriza a Atenção e Cuidado Integral a partir de cinco componentes inter-relacionados: "boa saúde, nutrição adequada, segurança, proteção, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizado" O conjunto de cuidados integrais refere-se as condições aplicadas pelas políticas públicas, programas e serviços que possibilitam que as comunidades garantam a boa saúde e nutrição para as crianças bem como a proteção contra a violência e ameaças, já a família tem o dever de cuidar dos filhos e dar-lhes oportunidades de aprendizagem por meio de experiências responsivas e apoio emocional (ALTAFIM et al., UNICEF, 2023, p.7).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2010), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09 apud BRASIL, DCNEI, 2010), trazem novas reformulações e impulsionam o poder público a garantir que os profissionais que atuam nessa faixa etária construam propostas peda¬gógicas que possibilitem ouvir as crianças e compreender quais caminhos traçar para a construção de um planejamento atento as especificidades da criança pequena, conforme citação a seguir:

> A criança é um sujeito histórico, que por meio de suas vivências constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo assim cultura (BRASIL, DCNEI, 2010, p.12).

A atual concepção de que a infância é um período diferente de outros ciclos foi historicamente construída, assim a infância é a noção de um grupo social plural, no qual estão presentes diversas condições, tais como "características biopsíquicas da idade, a classe econômica, a etnia, o gênero", sendo necessário compreendê-la na sua singularidade e também em suas diferenças. Nas últimas décadas os estudos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas tem abordado a infância como "categoria social", que compreende a criança como sujeito ativo na vida social, "sujeitos que merecem ser considerados em seus traços peculiares e como produtores de uma cultura própria, as culturas infantis" (SARDENBERG, 2017, p.19).

É possível compreender o conceito de cultura infantil a partir da constituição do conjunto de formas, significados objetos e artefatos que permitem que as crianças compreendam com sua simbologia específica como funciona o mundo, a criança transita entre a imitação e a recriação com facilidade e com sutilezas nem sempre claras para os adultos. Nos dias atuais as crianças são compreendidas como atores sociais, diferente da concepção que as considerava seres passivos, "folha em branco" na qual os adultos poderiam escrever conforme quisesse, seres irresponsáveis e/ou imaturos (SARDENBERG, 2017, p.20).

A educação básica, em especial voltada para crianças pequenas, mesmo passando por percalços e desafios, vem modificando suas práticas e buscando consolidar-se como espaço educativo de grande importância para o desenvolvimento humano, construindo assim, sua identidade e ganhando maior destaque no cenário educacional, especialmente após a Educação Infantil tornar-se obrigatória no ano de 2009, por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009).

Em 2017 com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) observa-se a efetivação de propostas lúdicas para a educação de crianças pequenas com a divisão do conteúdo curricular organizado em campos de experiência que estão divididos em cinco e têm como eixos as aprendizagens e o desenvolvimento partindo das interações, brincadeiras e buscam assegurar o direito de "conviver, explorar, expressar e conhecer", já garantidos nas DCNEI (BRASIL, BNCC, 2017, p. 40).

A Educação Integral é uma proposta de uma ação integrada entre as políticas educacionais e sociais, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação -PDE, como estratégia do Governo Federal no intuito de fomentar a ampliação da jornada e organização curricular dentro de uma perspectiva da Educação Integral. Busca assim, contribuir com a diminuição das desigualdades sociais e valorização da diversidade cultural brasileira. Para empreender a implementação do programa foi necessário construir um diálogo entre Ministério da Educação - MEC, da Cultura - MINC, do Esporte - ME, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, da Ciência e da Tecnologia - MCT (BRASIL, 2007).

EDUCAÇÃO INTEGRAL: OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES

A Educação em tempo integral, em acordo com a legislação brasileira, é um processo educativo formal, ofertado para as crianças e adolescentes matriculados na educação básica, nas etapas da educação infantil, no ensino fundamental e ensino médio e que vem permitindo uma ampla reflexão sobre a criança, a infância e a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a partir da ampliação da jornada escolar (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022).

A Educação Integral tem o ideal de, partindo do direito de aprender, de viver, de ser livre e respeitado dentro de suas especificidades e particularidades e ao convívio familiar e comunitário dentro de uma nova configuração de escola, como um espaço mais democrático, com aulas mais significativas, com projetos que atendam as demandas da comunidade, "Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças" (BRASIL, 2007, p.8).

Partindo dessa concepção a Educação Integral diz respeito à integralidade do sujeito, ou seja, a proposta é um trabalho com o ser humano de forma ampla, uma formação que pode ser realizada no contra turno, com esportes, artes e outras atividades. As possibilidades de trabalho da Escola Integral de acordo com os textos é a de ampliar sua função de ensinar, é ampliar os espaços, modificar os currículos e ocupar os tempos livres com ações pedagógicas e isso requer profissionais qualificados para implantar a Educação Integral e mediar os envolvidos: estudantes, professores, profissionais que atuam na educação e comunidade (LIRA, 2013).

Ampliar a jornada escolar na proposta ministerial tem como estratégia a ampliação de tempos, de espaços, de oportunidades educativas e corresponsabilidade de educar entre a família, a criança e os diferentes profissionais que atendem a criança, destacando que a Educação Integral compreende a aprendizagem a partir dos interesses e das possibilidades das crianças. A Educação Integral tem como ideal o direito de aprender como inerente ao "direito da vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, dignidade e a convivência familiar e comunitária" (BRASIL, 2007, p.7).

Atualmente se compreende que a criança pequena, nos seus primeiros anos, se insere na sociedade como "ator social" que se constituem nas relações com as pessoas de seu entorno, portanto além de aprender a cultura, também a recriam e transformam, concepção bem diferente da Média, momento em que eram consideradas como seres biológicos sem estatuto social, nem tampouco autonomia existencial, ou seja, não existia o "sentimento de infância" (SARMENTO, 2004, p. 10 apud CÉLIO-SOBRINHO et al., 2022).

A compreensão da infância como período distinto do adulto ocasionou tensões e constantes reestruturações, a escola moderna como concebida na contemporaneidade modificou-se para um espaço institucionalizado para a educação da criança peque-

na, que tem como desafio a implantação de ações que permitam oferecer uma educação integral para atender uma sociedade diversificada, imersa em diversos problemas socioeconômicos, enorme desigualdade social, dentre outros fatores que indicam a necessidade de se pensar o tempo da criança na escola (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022, p.2).

A proposta de educação integral é uma referência a "educação omnilateral" com base marxista, ressaltando que Marx não elaborou uma teoria específica sobre educação, mas sim sua relação com o trabalho como produção humana e compreende a educação do ser humano integral, oposta à formação unilateral, sendo importante ressaltar que a educação integral já se constituía desde o final do século XIX e início do século XX, partindo de reivindicações de movimentos de renovação pedagógica de cunho libertário (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022, p.2).

No Brasil, a escola pública em tempo integral chegou no século XX por meio de Anísio Teixeira após visitar as experiências desenvolvidas no Estados Unidos e conhecer John Dewey. Em 1932 vários intelectuais do movimento "Pioneiros da Escola Nova" lançaram um manifesto no qual defendiam a escola pública e já apresentavam os princípios da educação integral, movimento esse que inspirou a elaboração da Constituição Federal de 1934 e 1946 e a formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, Lei nº 4024/61, com propostas de reorganização curricular (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022).

Anísio Teixeira defendia a proposta de construção de espaços denominados "Escolas Parques", nos quais os estudantes teriam aulas diversificas de esportes, artes e diversas outras atividades criativas no contra turno escolar, esses centros de educação deveriam oferecer atividades complementares a escolarização formal, proposta esta que influenciou a criação dos Centros Integrados de Educação Pública- Cieps, dirigidos por Darcy Ribeiro, que em acordo com Célio-Sobrinho et al. (2022, p.3): "constitui-se como uma das mais fortes expressões de educação integral no Brasil".

É preciso considerar ainda que muitas experiências em educação integral não tiveram continuidade, contudo nos dias atuais observa-se que há um crescimento significativo da ampliação do tempo escolar e de iniciativas voltadas a educação integral, em especial para a primeira infância, com incentivos governamentais federais como o "Programa Mais Educação", que tem como objetivo o oferecimento de atividades socioeducativas no contra turno escolar, sendo ainda uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, contudo apenas voltado ao Ensino Fundamental (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022).

Para a Educação Infantil existem outras formas de organização da escola em tempo integral, que é feito entidades municipais, que consiste no atendimento integral, critérios de escolha dos professores, critérios de participação das crianças para os programas, mas que ainda carecem de melhores condições estruturais, recursos e substanciais melhorias, para ofertar atividades em contra turno nas instituições que atendem a primeira infância, esbarrando em fragilidades e obstáculos (CÉLIO-SOBRINHO et al.,2022).

Na pesquisa de campo de Carvalho (2015) realizada com crianças de seis a oito anos em uma escola pública de Belo Horizonte a qual oferece o Programa de Escola em tempo Integral – PEI as investigações demonstraram o mundo cultural das crianças o que, em acordo com o autor, permitiram refletir sobre as perspectivas estruturais e interpretativas da sociologia da infância (CARVALHO, 2015, p.1).

O autor observou o ambiente pesquisado e como as crianças circulavam pelo entorno da instituição escolar e usavam diversos espaços públicos e comunitários em seu cotidiano, bem como entrevistou conselheiros tutelares, educadores, estagiários, gestores da escola e da Secretaria Municipal de Educação -SMED para compor sua reflexão sobre a complexidade do processo de institucionalização vivido pelas crianças e experienciar a educação em tempo integral a partir das singularidades da criança, suas linguagens e sua condição de sujeitos de direito" (CARVALHO, 2015, p.1).

Nos dias atuais o conceito de que a infância é um período de especifidades e características singulares, que a criança aprende

ao brincar e interagir possibilita repensar as práticas e experiências ofertadas para essa modalidade, contudo é preciso intencionalidade ao organizar e planejar ações nas quais as noções e conceitos sejam trabalhados de forma efetiva (BRASIL, BNCC, 2017).

Reconhecer as crianças em sua integridade e integralidade, como cidadã e como pessoa, desafia as instituições escolares e o poder público na construção de uma educação integral que contemple o exercício da cidadania e o direito de aprender, sendo assim é oportuno dar destaque ao conjunto de saberes sobre a criança, partindo da psicologia, psiquiatria e pedagogia, que definiu os padrões do desenvolvimento infantil, que resultou em exigências comportamentalistas, deveres de aprendizagem e uso de disciplina (SARDENBERG, 2017)

No atual cenário de ampliação de jornada educacional para as crianças pequenas é preciso considerar fatores importantes como mudança nos arranjos familiares, entrada das mulheres no mercado de trabalho, apropriação de saberes científicos sobre a infância e a demanda por educação e proteção das crianças. A escola, mesmo que assumindo as demandas sociais e a desigualdade, ainda se configura como espaço de reprodução de desigualdade e de insucesso, dessa forma é preciso um olhar crítico para que a educação integral não seja entendida como "reinstitucionalização da infância", mas sim sua implantação deve partir dos múltiplos aspectos da experiência da infância, dentre os quais: "regulação institucional, garantia de direitos, influências da cultura de massa na vida das crianças e sociabilidade" (SARDENBERG, 2017, p. 28).

Dentre os muitos desafios a serem enfrentados para validar a implantação das escolas em tempo integral para as primeiras infâncias o agravamento da violência contra a criança e ao adolescente vem intensificando os movimentos em prol dos direitos da criança e do adolescente, sendo que muitas das ações oferecidas em contraturno tiveram início em iniciativas advindas da sociedade civil voltadas a crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social ou privação de direitos, como forma de ajudar a garanti-los(SARDENBERG, 2017).

Defender uma política pública de Educação Integral voltada para as crianças é urgente e necessário, já que a infância é o ciclo de vida mais afetado pelas condições de pobreza e desigualdade social, dessa forma o presente estudo parte do entendimento que a ampliação do tempo na educação formal é tendência universal no atendimento à infância, mesmo que realizada em diferentes modelos e dinâmicas (SARDENBERG, 2017).

É importante ressaltar que a escola não conseguirá assumir exclusivamente a educação integral das crianças, é preciso diálogo e parceria com outras instituições, pois é preciso que a criança tenha seu direito de se desenvolver em múltiplas dimensões humanas e, ficar dentro da escola mais de sete horas e meia por dia pode não ser considerado como educação integral (SARDENBERG, 2017).

Defende então, que ampliar a jornada das crianças contribui em seu desenvolvimento, "na valorização de sua identidade, no exercício de suas autonomias, em sua convivência familiar" a qual busca romper com uma prática educativa autoritária e disciplinadora e efetivar uma educação atenta às crianças, que lhes permita dar voz às suas necessidades e questionamentos, sendo o centro da relação pedagógica.

A equipe gestora deverá ser democrática, aberta ao diálogo e conhecer sua comunidade, pois deve fomentar o debate sobre a Educação Integral e isso deve ser feito nas reuniões pedagógicas, nos momentos de planejamento e estudo, pois o resultado a ser alcançado é o envolvimento de todos, especialmente dos alunos que precisam de um ambiente favorável à aprendizagem (BRASIL, 2007).

O planejamento na Escola Integral deve ser revisto e devem ter outra dinâmica, coletiva, pois a construção de conhecimento é uma trajetória coletiva que deve ser orientada pelo professor, com auxílio do coordenador e do gestor, criando situações e oferecendo auxílio. Também é preciso chamar outros profissionais para a escola, estabelecer um diálogo com a comunidade e buscar por parcerias e ressignificar o currículo, as práticas e realmente oferecer uma educação de qualidade no tempo em que a criança está na escola (LIRA, 2013).

O Programa Mais Educação (2007) aponta a necessidade de ampliação do quadro de profissionais para atuar na Educação Integral, dentre os quais educadores populares, estudantes, agentes culturais, monitores, não se esquecendo de observar a Lei n 9.608/1998, sobre serviço voluntário. O documento defende ainda as redes de aprendizagem e a ampliação do diálogo entre professores, gestores e comunidade na superação da frágil relação entre a escola e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estreitamento com a legislação e com os estudos sobre a implantação da educação integral para a primeira infância os resultados demonstram que ampliar a jornada contribui para o processo educativo das crianças, contudo é preciso de mudanças e ressignificações, pois os obstáculos ainda permanecem tanto nas políticas sociais quanto na dimensão educacional.

A defesa por uma escola pública de qualidade continua e os fins educacionais de cada plano precisa considerar a diversidade socioeconômica da população brasileira, a materialização do currículo, os diversos contextos e tempos nos quais as crianças interagem com os colegas, com os profissionais e com o entorno, somente aumentar o tempo na escola sem mudar a organização curricular e didática não provocará os efeitos que se espera de uma educação integral.

Por fim, longe de esgotar as discussões sobre a implantação da educação integral e ampliação da jornada escolar para a primeira infância o presente estudo buscou responder os objetivos incialmente levantados e observou que são amplas as possibilidades de implantação da escola integral, mas para que se efetive é preciso diálogo entre todos os envolvidos e construção de parcerias com outras secretarias, pois a escola sozinha não conseguirá oferecer a educação em tempo integral, considerando todas as dimensões humanas, também mostra-se necessário estabelecer vínculos e romper com o distanciamento entre escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

ALTAFIM, Elisa R.P.; SOUZA, Maíra; TEIXEIRA, Luiza; BRUN, Daniela; VELHO, Carolina. O cuidado Integral e a Parentalidade Positiva na Primeira Infância. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2023. PDF.

Brasil. Programa Mais Educação. Passo a Passo. PNDE, MEC, SECAD, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf Acesso em: nov. de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 1996. Lei que estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=view&id=120. Acesso em: nov. de 2024.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF/, 1998. PDF.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, Secretária de educação básica: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=-download&alias=9769diretrizescurriculares2012&category_slug=janeiro2012pdf&Itemid=30192 Acesso em: nov. de 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Educação é a base. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: nov. de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013. Lei altera a Lei n.9.394 de 1996 que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12796&ano=2013&ato=69dMTQU50MVpWTb0b Acesso em: nov. de 2024.

BRASIL. Portaria nº 262 de 31 de agosto de

2011. Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches. Diário da União. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/262-2011-671660 Acesso em: nov. de 2024.

CARVALHO, Levindo D. Crianças e Infâncias na educação (em tempo) integral. Dossiê Educação Integral, Educação em Revista, v. 31, n. 4, outo/dez, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/TfsRHkFnN58qqzmQnynywVr/# Acesso em: nov. de 2024.

CÉLIO-SOBRINHO, Reginaldo et. al. Educação em tempo integral na educação infantil: pressupostos, indicativos legais, ações governamentais e institucionais. Revista Colombiana de Educação, Bogotá- Colômbia, n. 83, set/dez de 20121, publicada em 06/08/2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162021000300304 Acesso em: nov. de 2024.

LIRA, Davi 2013. A Educação Integral deixa a escola mais humana. Porvir, Inovações em Educação. São Paulo, ago.,2013. Disponível em: http://porvir.org/a-educacao-integral--deixa-escola-mais-humana/Acesso em: nov. de 2024.

SARDENBERG, Agda (Org.). Educação Integral nas infâncias: Pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos. Centro de Referências para a Educação Integral, 2017. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/especiais/escolainfancia/wpcontent/uploads/2017/07/ei-nas-infancias.pdf Acesso em: nov. de 2024.